

Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS





Eixos da Conferência

- EIXO 1- A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais.
- EIXO 2 - Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.
- EIXO 3 - Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais.
- EIXO 4 - A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e responsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.



Conquistas do SUAS

- Apresentar novos direitos sociais aos Brasileiros.
- Instalar um modelo republicano, democrático e transparente para o SUAS com presença em todo o Estado Brasileiro.
- Ofertar seguranças de: renda; acolhida; convívio familiar e comunitário; autonomia; e apoio e auxílio.
- Instalar uma rede de serviços que tenha atingido todo o Brasil.
- Ampliar o acesso à renda transferida através do BPC, Bolsa Família e outros.
- Reconhecer que toda a família em situação de vulnerabilidade temporária tem direito ao auxílio e apoio.



Para deliberar é necessário conhecer e reconhece os direitos

- Construir novos direitos é uma tarefa coletiva e política;
- Pautar pelas diretrizes da política de assistência social (descentralização, participação e universalização);
- Defender o pacto republicano;
- Reconhecer as principais provisões e seguranças garantidas pelo SUAS.



São seguranças afiançadas pelo SUAS:

- **Acolhida;**
- **Renda;**
- **Convívio ou vivência familiar, comunitária e social;**
- **Desenvolvimento de autonomia;**
- **Apoio e auxílio.**



Plano Decenal - Principais Prioridades

- Universalizar acesso, considerando a especificidades de grupos populacionais e segmentos – universalidade/equidade.
- Ampliar o acesso a benefícios (valor, critérios, financiamento, facilidade de oferta);
- Ampliar e qualificar a rede de serviços;
- Apoio à rede regionalizada;
- Atenção específica à área rural, considerando o território e dificuldades de acesso;
- Ofertas especializadas para áreas que sofrem desastres naturais;
- Gestão do Trabalho – qualificação de profissionais incluindo preparo para atender especificidades de grupos e segmentos;



Deliberações do Espírito Santo

Aproximadamente 610 propostas Para o governo Estadual e Federal

- **Cofinanciamento** - 82 vezes (ampliar, participação e todos os entes, para atividades de capacitação, vigilância, benefícios, serviços ... (113 - federal));
- **Serviços** - 58 vezes (ampliar, aprimorar, integrar...) (63- federal);
- **Benefícios** – 39 vezes (ampliar, gerir melhor, integrar com serviços...) (30-federal);
- **Gestão** - 12 vezes (integrada, do trabalho, aprimoramento...) (14 - federal);
- **Trabalhadores** – 35 vezes (ampliar, capacitar, Nob/RH..) (44- federal);
- **Usuários** – 37 vezes (ampliar a participação, atender suas reais demandas, incluir nos conselhos...) (28 - federal);
- **Participação** - 22 vezes (usuários, trabalhadores, fóruns, conselhos, empoderamento ...) (24 - federal).



Para deliberar é necessário analisar a conjuntura

- O que há de novo no cenário Brasileiro?
- Quais os riscos de perda de direitos nos dias atuais?
- Existem possibilidades de ampliação de Direitos?
- Há focos de resistência para a garantia de direitos no campo da Proteção Social Brasileira já conquistados?



Rumos e decisões que indicam riscos para o aprimoramento do SUAS

- descontinuidade dos repasses de recursos;
- descumprimento do comando único;
- implantação de programas pontuais voluntaristas, como o Programa Criança Feliz;
- aplicação do congelamento dos recursos para a plena universalização de serviços e benefícios;
- descumprimento das responsabilidades reguladas pelas instâncias do Suas;
- aprofundamento da precarização das condições de trabalho dos mais de 600 mil trabalhadores/as;
- descontinuidade dos serviços estatais.



Cortes no orçamento do Fundo Nacional previstos para 2018

- **Proteção social Básica** (que contempla também as entidades - redução maior que **90%**).
- **ACESSUAS** - redução de **99%**.
- **Proteção de média complexidade** - corte de **99,9%**.
- Para os **serviços de acolhida** (crianças e adolescentes) - corte de **99,8%**.
- **Bolsa Família** - redução de 29 bilhões para 26 milhões, o que significa quase **dois 2 milhões de famílias fora do Bolsa Família**.



Impactos no BPC

- Em **2014**, apenas **0,78%** dos idosos com 65 anos ou mais viviam com uma renda familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e 8,7% viviam com uma renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.
- Em 2018 teremos 2,9% de idosos sem a proteção de renda do BPC. Em **2036** teremos **25,89%** sem essa proteção.
- Em 2036, **1,1 milhão de idosos** entre 65 e 69 anos estarão excluídos do BPC, portanto vivendo em condição de miséria.
- A renda proveniente do BPC representa 79% do orçamento dessas famílias e, em 47% dos casos, ela é a única renda da família (Brasil, 2010).



Avanços necessários

- Pautar a oferta dos serviços e benefícios pela garantia das seguranças;
- Adotar o enfoque territorial;
- Aprimorar a oferta de serviços e benefícios articulados ao aprofundamento da vigilância socioassistencial;
- Aprofundar a intersectorialidade e a integração da rede de serviços, considerando: a vulnerabilidade, a desproteção, a compreensão do direito à proteção e as potencialidades;



Avanços necessários

- Ampliar o acesso aos Benefícios socioassistenciais (valores, número de beneficiários, critério de acesso);
- Implantar serviços em consonância com as especificidades regionais, cofinanciados pelos três entes federados;
- Elaborar e implantar protocolos na relação do SUAS/Sistema de Justiça, garantindo que os (as) trabalhadores (as) do SUAS não assumam atribuições do MP e do Sistema Judiciário;



Avanços necessários

- Aprofundar a gestão do Trabalho considerando a educação permanente, vínculos empregatícios, condições de trabalho;
- Democratizar as relações de trabalho;
- Estabelecer uma aliança estratégica entre trabalhadores e usuários da política do SUAS.



Propostas de mobilização coletiva e política

1. Articulação com fóruns de trabalhadores/as e usuários/as, e frentes em defesa do Suas;
2. Incidência no legislativo e articulação com deputados/as;
3. Mobilização em todo país;
4. Realização de Plenária Nacional no dia 7 de novembro;
5. Ações de judicialização em defesa da recomposição e vinculação de recursos;
6. Popularização do Suas e dos efeitos do desmonte.
7. Realização de audiências públicas.



“Os que não se movimentam não podem reconhecer as correntes que os amarram”

Rosa de Luxemburgo

Obrigada!!

MariaLuizarizzotti@gmail.com

Tel. 43 999953629